

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Geografia**

**NATHÁLIA SITTA BEZERRA**

**A DIFUSÃO RECENTE DO PIX ENTRE OS AGENTES DO  
CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA**

São Paulo

2023

NATHÁLIA SITTA BEZERRA

**A Difusão recente do PIX entre os agentes do circuito inferior da  
economia urbana**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado  
ao Departamento de Geografia da Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da  
Universidade de São Paulo, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Bacharel em  
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bettioli Contel

São Paulo

2023

## Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a minha família, que é a minha base. Agradeço aos meus pais Angélica e Ednilson, por investirem na minha educação e na realização dos meus sonhos, por me oferecerem todo o suporte emocional e por sempre acreditarem em mim. Agradeço a minha irmã Fernanda, que é meu porto seguro e minha melhor amiga. A vocês devo todo o meu sucesso.

Agradeço às minhas colegas de curso e amigas Eliza, Isabella, Raiane e Steffany, que me acompanharam desde o primeiro ano da graduação, compartilhando os altos e baixos da faculdade, Agradeço por todos os momentos, experiências e aprendizados, dentro e fora da sala de aula.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida na academia, me inspiraram e me motivaram a cursar o que amo. Agradeço especialmente aqueles que vieram a ser meus colegas de trabalho, que me incentivaram a persistir na Geografia e a acreditar na docência.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa concedida (PIBIC) durante seis meses de realização desta investigação, além de meu professor e orientador Fábio Contel, por confiar no meu trabalho, por estar sempre disponível e disposto para ajudar, pela paciência e pela compreensão.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	5
<b>1. OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS FINANÇAS</b>	7
<b>1.1. Os dois circuitos da economia urbana</b>	7
<b>1.2. As finanças e os novos nexos da economia urbana</b>	12
<b>2. OS MEIOS DE PAGAMENTO NO BRASIL E O IMPACTO DO PIX</b>	17
<b>2.1. Evolução recente dos meios de pagamento no Brasil</b>	18
<b>2.1.1. O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)</b>	18
<b>2.1.2. Os meios de pagamento brasileiros</b>	20
<b>2.2. A criação e difusão do Pix na economia brasileira</b>	25
<b>2.2.1. O surgimento do Pix</b>	25
<b>2.2.2. A estrutura do Pix</b>	26
<b>2.2.3. A adesão da população brasileira ao Pix</b>	28
<b>2.2.4. Investimentos do setor bancário no Pix</b>	31
<b>3. O USO DO PIX NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA</b>	33
<b>3.1. A inclusão financeira e o Pix segundo o BCB</b>	33
<b>3.2. As vantagens do Pix para os pequenos negócios segundo a Fecomércio</b>	35
<b>3.3. O uso do Pix pelos MEIs e MPEs segundo o Sebrae e o IBGE</b>	36
<b>Considerações finais</b>	40
<b>Referências</b>	42

## Introdução

O presente documento exibe o resultado da pesquisa do Trabalho de Graduação Individual para a obtenção do título de Bacharel em Geografia. Além disso, seus resultados também são fruto de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e realizada por um período de seis meses.

O objetivo central da investigação foi analisar como o Pix tem se difundido no território brasileiro, em especial entre os agentes do circuito inferior da economia urbana. A princípio, buscou-se analisar o surgimento desse novo meio de pagamento na economia, como se deu sua rápida difusão, verificar quais os novos nexos estabelecidos entre os circuitos da economia urbana e identificar quais são suas principais vantagens para os agentes do circuito inferior. Buscou-se também verificar quais os principais meios de pagamento que o Pix vem substituindo na economia popular das cidades (pagamentos por cartão de crédito, débito, boletos, TEDs, DOCs, etc.), além de examinar quais são as principais atividades/firmas do circuito inferior que mais utilizam do Pix como forma de pagamento.

A metodologia da pesquisa partiu de dois instrumentos principais: a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. A revisão bibliográfica foi fundamental para a contextualização do problema de pesquisa dentro da área de estudo e para a definição do referencial teórico. A vista disso, foi realizada uma leitura significativa da literatura existente sobre a teoria dos circuitos da economia urbana, e sobre a criação e difusão do Pix na economia brasileira, de forma a orientar na definição de instrumentos para interpretação dos resultados da pesquisa.

Já para a pesquisa documental, que se apropria de documentos que não sofreram tratamento analítico e que foram utilizados como base empírica da investigação, utilizou-se principalmente de documentos técnicos e dados estatísticos produzidos pelo Banco Central do Brasil, disponibilizados no website da instituição e em documentos como o Relatório de Inclusão Financeira de 2021. Foram utilizados também relatórios e informações produzidas por instituições como Zetta Consultoria, Fecomércio, FEBRABAN e Sebrae.

No capítulo 1 abordaremos a teoria dos dois circuitos da economia urbana, desenvolvida inicialmente por Milton Santos, e fundamentada pela modernização tecnológica e sua influência na forma de organização do espaço. O maior foco será no circuito inferior, resultado indireto dessa modernização. Ademais, serão discutidos os circuitos a partir da globalização e da difusão do meio técnico-científico-informacional, que tem como principais

efeitos a crescente terciarização da economia. Serão tratados também os novos nexos entre os circuitos a partir do protagonismo do setor financeiro, da desburocratização do acesso ao crédito, da mudança nos padrões de consumo entre a população mais pobre, inclusive de equipamentos modernos, junto a expansão do capitalismo de plataforma e do surgimento do Pix como novo meio de pagamento.

O capítulo 2 tratará da evolução recente dos meios de pagamento brasileiros, por meio do processo de modernização do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP) nos anos 2000, seguindo a tendência global de aumento da importância das finanças como elemento de estruturação do território. Serão detalhados todos os meios de pagamentos comandados pelo Banco Central do Brasil (BCB) e o surgimento do Pix, como o novo meio de pagamento instantâneo lançado em novembro de 2020. Será revelada também a sua estrutura de funcionamento, sua adesão pela população brasileira e suas vantagens em relação a outros meios de pagamento.

Por fim, no capítulo 3 analisaremos o uso do Pix pelos agentes mais “simples” da economia, como os Microempreendedores Individuais (MEIs) e tomadores de crédito de baixa renda; podemos considerar estes agentes – ainda que com certo grau de “imprecisão” – como participantes do circuito inferior da economia urbana. Em um primeiro momento, o novo meio de pagamento foi analisado como um importante impulsionador da inclusão financeira. Ademais, aqui esbarramos com o principal desafio da pesquisa: a dificuldade para encontrar dados estatísticos mais precisos sobre os agentes constitutivos do circuito inferior (ou sobre a chamada “economia popular”). Por esse motivo, foi necessário utilizarmos “medidas aproximadas” dos agentes que podem ser considerados como constitutivos do circuito inferior que se utilizam do Pix; neste sentido, coligimos dados sobre os já mencionados Microempreendedores Individuais (MEIs), mas também sobre as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), para analisar como eles se utilizam deste novo meio de pagamento, entre as regiões brasileiras e entre os diversos segmentos do comércio e da prestação de serviços.

# 1. OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS FINANÇAS

## 1.1. Os dois circuitos da economia urbana

O livro *O Espaço Dividido* ([1979] 2004), de Milton Santos, escrito em meados da nos anos 1970, e traduzido para o português e para o inglês no final da mesma década, surge a partir da carência de uma teoria do espaço e da urbanização que contemplasse efetivamente os países subdesenvolvidos. Fez-se necessário desenvolver um pensamento que deixasse de lado interpretações simplistas, realizadas a partir da ótica externa ao terceiro mundo e analisar tais cidades levando em consideração as suas particularidades. O autor propõe, então, investigar a construção e expansão da economia urbana nesse espaço, tendo como ponto de partida a modernização tecnológica.

A princípio, é fundamental considerar o conceito de modernização utilizado por Santos. Ao tratar da modernização, o autor refere-se às sucessivas modernizações, ou seja, aos períodos da história econômica global. Ele identifica três grandes períodos: a modernização a partir do desenvolvimento do transporte marítimo, em meados do século XVI, a modernização oriunda da Revolução Industrial, a contar de 1870 e, por fim, a modernização tecnológica, que atua nas dinâmicas espaciais atuais desde a Segunda Guerra Mundial. Para ele:

“Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente” (Santos, 2004 [1979], p. 31).

Todos os períodos de modernização, bem como as novas formas de produção e comércio surgem e são desenvolvidas nos países centrais e, posteriormente, atingem os subsistemas, transformando seu espaço. Atualmente, todos os países foram influenciados pela modernização mais recente, trazendo variadas repercussões sociais, econômicas, políticas e espaciais. As transformações do espaço dependem da combinação do momento da primeira intervenção externa e dos impactos sucessivos das outras modernizações, gerando uma grande diversidade das condições de subdesenvolvimento.

O último período de modernização é protagonizado pelas grandes indústrias, especialmente as transnacionais, junto às formas modernas de difusão de informação. Esses agentes geram forças de concentração e de dispersão, influenciando na organização do espaço. O fato do espaço no Terceiro Mundo historicamente se organizar e se reorganizar a

partir dos interesses dos países centrais do sistema, tem como efeito uma grande instabilidade e descontinuidade na produção do espaço. Tal descontinuidade é motivada pela seletividade da modernização no que diz respeito ao território, isto é, a produção tende a se concentrar em determinados pontos do território (Santos, *op. cit.*).

A maior consequência disso é a criação de enormes desigualdades existentes nos países periféricos, em diferentes escalas, tanto no nível nacional e regional, quanto a nível do lugar. Em um primeiro momento, nota-se que a indústria que chega nos países do terceiro mundo, assim como o setor primário, absorve cada vez menos mão de obra, provocando uma deterioração do mercado de trabalho e desemprego. Em função disso, a população pobre, em busca de sua sobrevivência diária, se refugia em atividades ocasionais e de pequena dimensão como serviços domésticos, de transporte e, especialmente, o comércio.

Sendo assim, “a modernização tecnológica cria de um só golpe as duas formas integradas de organização econômica urbana” (Santos, [1979] 2004, p.38). São elas, os dois circuitos da economia urbana, que se referem à produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. Os dois circuitos são resultado da modernização, mas o circuito superior é seu resultado direto, já que ele se beneficia das modernizações, enquanto que o circuito inferior é um resultado indireto, pois não se beneficia, ou se beneficia parcialmente das modernizações.

Os circuitos se diferenciam a partir do emprego da tecnologia, de seu grau de organização e de seu comportamento. O circuito superior é formado por bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Estas atividades são divididas por Santos em puras, impuras e mistas. As atividades puras são específicas das cidades e do circuito superior da indústria urbana, como o comércio e os serviços modernos. As impuras têm interesses manipulados fora das cidades, como a indústria e o comércio de exportação, além dos bancos, que unem as atividades da cidade e de seu exterior. Existem também as atividades mista, que consistem em uma dupla ligação entre os circuitos, como atacadistas e transportadores, que abastecem o circuito inferior (Santos, *op. cit.*).

Dentre as principais características deste circuito, é essencial mencionar sua organização sofisticada e burocrática, o uso intensivo de tecnologia importada e de alto nível e um expressivo volume de capital, favorecido pelo acesso facilitado ao crédito bancário. Quanto à produção, nota-se importantes custos fixos e a mobilização de um grande volume de mercadorias, exceto em marcas especializadas e de luxo, com peças exclusivas e preços muito altos. Nessas atividades, a reutilização de bens é quase nula e os preços das mercadorias são fixos. Verifica-se que as relações com a clientela são impessoais, mas que

utiliza-se da publicidade para intensificar o consumo por meio de uma certa imposição da demanda.

Já quanto ao emprego, utiliza-se o trabalho assalariado, que admite um volume cada vez menor de trabalhadores devido aos avanços das modernizações tecnológicas. Os empregos são criados de forma seletiva, geralmente se concentrando nas regiões mais desenvolvidas do país. O lucro por unidade produzida é reduzido, mas elevado em sua totalidade por conta dos grandes volumes de produção. Ele é importante para a acumulação de capital, além de servir para um futuro reinvestimento para a ampliação da atividade. Esse circuito é privilegiado pelo incentivo do Estado, tende a controlar a economia e também é fundamental para a integração em cidades de nível superior ou no exterior, ou seja, fora da cidade e da região (Santos, *op. cit.*).

Mesmo dentro do circuito superior, nota-se a coexistência de empresas que utilizam tecnologias e formas de organização diferentes. Dado isso, é preciso lembrar no circuito superior marginal. “O circuito superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas” (Santos, 2004 [1979], p. 103). Portanto, essas atividades apresentam um caráter residual ou emergente e se fazem presentes em setores em que a concorrência com firmas mais modernas ainda é possível.

Em suma, há uma seletividade territorial acentuada na escolha dos setores que vão se modernizar e há a adoção de um modelo de crescimento importado, que culmina no surgimento de empregos que exigem operários altamente qualificados e a substituição dos operários não qualificados pelas máquinas. Dessa forma, o crescimento industrial vem acompanhado do aumento do não emprego e do subemprego e, consequentemente, da pobreza urbana. Junto a isso, o circuito superior tende a produzir cada vez mais para a exportação e para a classe rica, já que não é suficientemente rentável produzir bens para a massa. Como assevera o autor,

“Essa situação é responsável pela criação ou pela manutenção do que chamamos de circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Os pobres não têm acesso aos produtos modernos e os mais pobres entre eles só podem proporcionar-se consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular frequentemente completado por um aparelho de produção igualmente específico e que é uma resposta às condições de pobreza da grande massa da população” (Santos, 2004 [1979], p. 196)

Tratando agora do circuito inferior da economia urbana, que é o foco desta pesquisa, podemos dizer que ele “compreende as atividades de fabricação tradicionais, como o

artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços" (Santos, 2004 [1979], p. 24). Ele engloba uma pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o comércio varejista não-moderno e de pequena dimensão e uma multiplicidade de serviços de toda espécie. Resumidamente, é caracterizado pela produção em pequenas quantidades, empresas familiares e trabalhadores autônomos, baixo grau de capitalização, tecnologia obsoleta ou tradicional, organização deficiente, busca por dinheiro líquido e despesa com publicidade quase inexistente.

Por ser formado por atividades de capital não intensivo, mas pelo uso intenso do trabalho, o circuito inferior apresenta facilidades de entrada e sua ampliação é motivada pela busca de ocupação para a população pobre sem qualificação. Tais práticas quase não têm custos fixos e não contam com o incentivo do Estado. Inclusive, muitas vezes, tem suas atividades proibidas e perseguidas pelo governo, como é o caso dos ambulantes e camelôs. Geralmente a produção é artesanal e baseada na reutilização de bens. As vendas são realizadas em pequenas quantidades, constituindo estoques reduzidos. Quanto à organização, as empresas dispensam uma estrutura mais burocrática e complexa. Utiliza-se sistemas de negócios arcaicos, equipamentos de má qualidade e não há padronização. O controle de custos e lucros é raro, favorecendo ainda mais o endividamento (Santos, *op. cit.*).

Esse circuito é caracterizado por apresentar um número muito grande de empresas de pequenas dimensões, ou seja, um microvarejo. As empresas podem constituir-se em pequenos espaços, espaços divididos entre empresas diferentes, empresas que ocupam a habitação dos trabalhadores e ambulantes. Essas lógicas se adequam a tentativa de reduzir custos, otimizar a produção e facilitar o consumo. Busca-se, por exemplo, estabelecer uma concentração de pequenos comércios na proximidade da vizinhança consumidora para favorecer a grande maioria que se desloca a pé, ou a abertura de estabelecimentos comerciais na própria residência, que reduz os custos, prolonga o trabalho por várias horas e permite a realização de múltiplas atividades de forma simultânea, desde a produção e comercialização, até a execução de atividades domésticas. Há também os vendedores ambulantes, que vão até a sua clientela com a adaptação de caixas, sacolas e cestas para realizar o comércio, mobilizando ainda menos capital (Santos, *op. cit.*).

As atividades do circuito inferior da economia urbana utilizam intensamente o trabalho, empregando a população que é desprovida de capital e qualificação profissional. O número de pessoas empregadas em cada estabelecimento é pequeno, entretanto, ocupam uma grande parcela da população pelo fracionamento infinito das tarefas, das empresas e dos empregos. As formas de emprego raramente são permanentes, com postos de trabalho

temporários e instáveis, a remuneração é baixa e, geralmente, encontra-se no limite ou abaixo do limite vital. Os contratos de trabalho realizam-se a partir de acordos pessoais e são significativos o trabalho autônomo e o trabalho familiar, principalmente em atividades em que a demanda é flutuante.

Uma de suas particularidades é a sua capacidade multiplicadora de tarefas. A divisão do trabalho é grande e isso acontece pois o circuito inferior funciona a partir de uma adaptação das condições conjunturais. Suas atividades se expandem e são uma resposta direta à demanda. Devido a sua flexibilidade, provocam uma adaptação do emprego, ajustando-se ao mercado local. Inclusive, Santos ressalta que “o consumo crescente de produtos modernos por uma população pobre faz nascer uma série de novas atividades no circuito inferior” (Santos, 2004 [1979], p. 256), como por exemplo o surgimento de uma diversidade de empresas nas periferias responsáveis pelo conserto de equipamentos tecnológicos.

Muitas vezes, o comércio do circuito inferior organiza-se pela venda direta e utiliza-se do contato direto com a clientela como forma de atrair o consumidor, uma vez que não há o uso da publicidade. Por esse motivo, a negociação dos preços é mais flexível e não depende exclusivamente da oferta e da demanda. A estrutura do preço é sazonal e varia em um curto período de tempo. Os valores vão se diferenciando de acordo com as condições de abastecimento do comerciante, portanto conforme a quantidade e a qualidade dos bens oferecidos, e da relação com o cliente, com exercício de negociação (pechincha). O chamado “preço de ocasião” (Santos, 2004[1979], p. 249) relaciona-se à necessidade de aceleração da circulação da moeda. Em algumas situações, vender a mercadoria a preços mais baixos representa um prejuízo menor do que guardá-la por um longo período de tempo.

A margem de lucro, utilizada sobretudo para atender as necessidades básicas do trabalhador, é elevada por unidade, mas reduzida no total pelo pequeno volume de mercadoria produzida. Em sua obra, Santos afirma que, ao contrário do circuito superior, as transações costumam ser realizadas em dinheiro “vivo” (ou “cash”):

“Por um lado, uma economia moderna em expansão tende a absorver os capitais disponíveis, ocorrendo, como consequência, uma raridade acentuada no circuito inferior, em que as necessidades em numerário, em grande parte são satisfeitas pela circulação mais rápida da moeda” (Santos, 2002 [1979], p. 231).

Isso ocorre, em primeiro lugar, pela necessidade de liquidez dos comerciantes para a garantia de sua sobrevivência e, por um outro lado, pelo fato das regras de funcionamento do sistema bancário serem incompatíveis com as do funcionamento do circuito inferior, tendo

como alternativas utilizadas pelos próprios comerciantes pagamento parcial antecipado por parte dos clientes, venda com prejuízo, associações de ajuda mútua etc. Ao observar as tendências de capilarização do sistema bancário e os esforços para a bancarização da população brasileira das últimas décadas, será possível notar que essas dinâmicas já sofreram algumas alterações, o que será abordado nesse e nos próximos capítulos.

O circuito inferior é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos e ocupa um papel de abrigo para a população pobre, que raramente pode trabalhar ou consumir no circuito moderno. Ele é reflexo da "terciarização" da economia urbana, que consiste na urbanização sem, necessariamente, uma industrialização. Ele é controlado, subordinado e dependente do circuito superior, mas responsável pela integração local, isto é, pela articulação de suas atividades na cidade e sua região. Sua presença nas cidades no terceiro mundo é inegável, contudo, um dos grandes desafios referentes a sua investigação está na "insuficiência de dados estatísticos" (Santos, 2004 [1979], p. 24). A obtenção de tais dados é tão dificultada devido pelo acesso a informações parciais e fragmentadas e ao próprio caráter informal, flexível e instável de suas atividades.

## **1.2. As finanças e os novos nexos da economia urbana**

Tomando como ponto de partida as cidades como uma totalidade, onde se concretizam uma multiplicidade de redes, fluxos, conexões, projetos, representações e interpretações, é inegável que elas estão cada vez mais sintonizadas ao ritmo global, sendo influenciadas pelo meio técnico-científico-informacional. Nesse contexto, os agentes dos dois circuitos da economia urbana continuam sendo importantes para entender o espaço dos países periféricos, entretanto, é necessário atentar-se aos novos nexos e relações de cooperação, concorrência e subordinação entre eles.

Está dado que o crescimento econômico e tecnológico nas cidades atinge seus habitantes de forma seletiva, resultando em diferentes formas de produzir e consumir, que variam no que diz respeito às formas de trabalho, volume de capital, grau de organização e uso da tecnologia. Por conseguinte, o circuito inferior vem crescendo, visto que um elevado número de trabalhadores não consegue ser absorvido pelo circuito superior e busca em outras ocupações sua forma de sobrevivência. Sendo assim, a metrópole revela resultados contraditórios do processo de modernização, com a concentração das atividades hegemônicas de produção e controle, com altos rendimentos e atividades "informais", com baixíssimos salários (Silveira, 2009).

Nas últimas décadas, tem-se notado uma expansão do circuito inferior nas cidades brasileiras, além de uma renovação de suas dinâmicas e relações com o circuito superior. Por isso a necessidade de se repensar o valor relacional entre dois circuitos atentando-se ao caráter dialético dessas dinâmicas. Atualmente, o setor financeiro representa um papel chave no vínculo entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana e, paradoxalmente, os aproxima através da difusão do acesso ao crédito e consumo de produtos tecnológicos, mas os afasta pelo aumento da inadimplência e da pobreza urbana. “Assim, embora observemos hoje certo rearranjo no peso entre as variáveis que definem os circuitos da economia urbana, a combinação destes fatores revela, em realidade, um aumento da distância entre eles” (Montenegro, 2013, p. 38 *apud* Silveira, 2011, p. 62-82).

A partir da década de 1990, as finanças passaram a ser protagonistas no processo de globalização. Apoiados na ideologia neoliberal e na disseminação de inovações, novos conteúdos técnicos e políticos passaram a ser incorporados no território nacional. Após a estabilização da moeda com o Plano Real, nos anos 2000, foram realizadas reformas financeiras como tentativa de construir uma base normativa estável para as instituições de crédito. Para acompanhar a tendência de uma economia mundial cada vez mais financeirizada, o Brasil passa a compor redes globais de transmissão de dados financeiros de forma a se fortalecer.

Segundo Contel (2009), a partir de 2002, tendo como foco a melhoria no funcionamento organizacional do sistema financeiro brasileiro, é realizada uma reforma no chamado Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), em que é instituído um conjunto de normas que servem para regular as transações executadas diariamente pelos principais agentes financeiros instalados no território. Dessa maneira, as transações se tornaram mais rápidas e seguras, passaram a ser oferecidos uma maior quantidade de produtos e inovações financeiras, promoveu-se uma maior circulação de moeda informacional com menores custos no transporte e custódia de ativos financeiros e houve uma significante atração de investimentos internacionais, conectando ainda mais todo o território nacional. A partir daí, aumenta-se o peso das finanças no Brasil.

O atual circuito superior da economia urbana é composto por poderosos agentes financeiros como os bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, consultorias, *holdings* etc. Esses grandes agentes controlam instituições financeiras e se fazem presentes em todo o território nacional por meio da expansão dos mercados do circuito superior através da capilaridade da técnica, da informação e das finanças. A novidade é que, para ampliar os lucros, passam a vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais

pobres. Segundo Silveira (2009), “hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro” (Silveira, 2009, p. 69).

A partir dessa ótica, essas inovações, “seja através das agências bancárias, de caixas eletrônicos, ou mesmo através da internet, a segurança e a eficácia técnica do novo sistema permite que grandes ou pequenos atores econômicos se utilizem dessa nova rede montada” (Contel, 2009, p. 128). A integração material e organizacional do território, junto aos novos objetos técnicos, favorece a circulação segura e rápida das informações financeiras, promovendo um maior alcance espacial e social dos serviços financeiros. A nova topologia bancária tem como ponto determinante a capilarização de seus serviços no território, através de outros fixos geográficos além das agências bancárias, sobretudo mediante aos postos de atendimento, caixas eletrônicos e correspondentes bancários. A evolução da capilarização dos serviços bancários promoveu uma maior acessibilidade dos pequenos atores econômicos ao sistema financeiro e facilitou a concessão de crédito para pessoas físicas.

“A finança se entroniza como um dos principais conteúdos do território nessa contemporaneidade, e passa a comandar as regiões segundo suas vicissitudes. Essas são as novas rationalidades instaladas no espaço nacional, que aumentam sobremaneira tanto o alcance geográfico da ação das instituições financeiras, assim como o poder delas para comandar os demais conteúdos e ações presentes no território brasileiro.” (Contel, 2009, p. 131).

No período atual, as variáveis que compõem a economia urbana do terceiro mundo implicam numa renovação de laços de subordinação e de complementaridade entre os dois circuitos. De acordo com Montenegro (2013, p. 34), “o processo de expansão do consumo e do aumento do crédito aos pobres nas grandes cidades brasileiras envolve, direta ou indiretamente, tanto o circuito superior quanto o circuito inferior da economia urbana”. No circuito superior, desenvolve-se um interesse pelas classes mais baixas como nicho de mercado, que provoca, no circuito inferior, uma diversificação de serviços e produtos pelo aumento do consumo.

As instituições bancárias e financeiras passaram a desenvolver linhas de créditos com maiores prazos de pagamento das parcelas e modalidades vinculadas ao consumo, como o crediário, crédito pessoal, financiamento para aquisição de bens, crédito consignado em folha de pagamento etc. Além disso, a instalação de grandes redes de varejo nas periferias têm uma atuação extremamente relevante, tanto na oferta de produtos e serviços, quanto na desburocratização do acesso ao dinheiro. A oferta de produtos financeiros aumentou consideravelmente as receitas dessas redes por meio da cobrança de juros. Nota-se, inclusive, uma substituição do capital comercial pelo capital financeiro, já que as empresas lucram mais

com a oferta de crédito e com os juros do que com o comércio em si, de mercadorias materiais (DOS SANTOS, 2014).

Ao analisar o aumento do consumo entre as classes mais pobres que vivem nas cidades, é preciso considerar o apelo da publicidade na criação de novos desejos. É fundamental também levar em conta o papel das políticas públicas federais de transferência de renda, o reajuste do valor do salário mínimo, uma menor variação na estrutura de preços, a redução do tamanho da família no país, a crescente participação feminina no mercado de trabalho, particularmente a partir de meados da década de 2000.

Uma significativa repercussão dessas novas formas de vendas de bens, serviços e circulação de dinheiro que atingem o circuito inferior é a sua participação cada vez maior do consumo de equipamentos modernos como telefones celulares, computadores, serviços de telecomunicações bens de consumo duráveis como geladeira, máquina de lavar, televisão etc. A expansão dos padrões de consumo da população brasileira nas últimas décadas, envolvendo produtos de tecnologia sofisticada, contribuiu para o interesse das indústrias de telefonia móvel e fixa, além da implementação e modernização das redes elétricas e de comunicação nas periferias como forma de ampliar ainda mais o consumo das camadas mais pobres da população (DOS SANTOS, 2014). Mesmo assim, é válido ressaltar que há a persistência de “gambiarras” e os “gatos”, que ainda exercem um importante papel nessas partes do espaço urbano.

Ao se tornarem mais acessíveis, os equipamentos modernos, como aparelhos celulares, câmeras de vídeo e de fotografia e computadores, passam a permear o cotidiano dos agentes do circuito inferior, seja na esfera do consumo, seja na sua incorporação na esfera do trabalho. Com sua capacidade de flexibilização e criação de novas atividades, os produtos técnicos passam a servir como instrumentos de trabalho na economia popular. São exemplos disso a ampliação de empresas nas periferias, como *lanhouses*, oficinas de manutenção e conserto de celulares e computadores, gráficas, papelarias, locais que oferecem cursos para o uso desses aparelhos etc. A divulgação e uma espécie de publicidade também passam a ganhar importância para os pequenos negócios por meio da produção e distribuição de folhetos, cartões, mas, principalmente pela internet, com as redes sociais.

Outro importante meio de trabalho difundido no circuito inferior da economia urbana são as “maquininhas” de débito e de crédito. Elas refletem numa maior diversidade dos meios de pagamentos oferecidos para o consumidor, entretanto representam altos custos para o pequeno empresário, que precisa arcar com as despesas de aluguel, taxas referentes aos valores das transações e com a telefonia celular. Outrossim, seu uso revela, mais uma vez, a

permeabilidade das finanças, fora a incorporação de uma lógica das grandes empresas internacionais, uma vez que as “bandeiras” dos cartões pertencem a marcas de dimensão global, drenando parte da renda obtida nas pequenas empresas para o circuito superior.

Com a aproximação e o estabelecimento de novos nexos entre os circuitos, hoje, o que os diferencia, não necessariamente é o grau de tecnologia empregado, mas, muito mais, a forma de organização, que se converte em subordinação financeira e dependência técnica, como reitera Montenegro (2013, p. 37):

“Diante da velocidade assumida pelo progresso técnico no período atual, o processo de incorporação das técnicas materiais e imateriais do período torna-se mais acelerado entre os agentes não-hegemônicos. Contudo, a modernização sempre renovada da técnica realizada no âmbito do circuito superior tende a ampliar, continuamente, a distância entre os circuitos”

Cria-se, então, um cenário de fluxo contínuo entre a economia das grandes empresas e a classe popular. A modernização e atuação da publicidade transformam modelos econômicos “tradicionalis”, em que ocorre uma grande mudança nos padrões de consumo. Nota-se uma expansão no dinheiro que circula no circuito inferior serve como medida de valor, meio de circulação e meio de pagamento, mas raramente como reserva. Essa expansão, entretanto, não foi acompanhada pelo aumento proporcional da renda familiar do brasileiro ou, até mesmo, por um aumento nas ofertas de emprego. Os pequenos agentes passam a se endividar tanto para consumir, quanto para renovar suas próprias atividades, contribuindo para o aumento da inadimplência.

A população de baixa renda apresenta um alto potencial de endividamento e inadimplência, causada pelo desemprego e descontrole de gastos, uma vez que

“O crédito, o crediário e o endividamento são elementos que projetam o evento da compra no tempo e acabam por alienar o futuro das camadas sociais de baixo poder aquisitivo, que agora devem organizar seu orçamento levando em consideração o pagamento de parcelas” (Dos Santos, 2014, p. 160)

Paradoxalmente, o aumento do consumo tem como consequência o aumento da pobreza urbana, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras, onde percebe-se o convívio entre o precário e o moderno, tanto nas moradias, quanto nas pequenas empresas.

Pensando em como essa dinâmica se faz presente nos últimos anos, é importante ressaltar que na última década houve um desaquecimento do mercado de trabalho, uma menor valorização dos salários mínimos, retração do consumo, persistência do endividamento, estagnação e retrocesso da redução da pobreza e miséria. O aumento da

população pobre, da desigualdade e da concentração de renda se intensificou ainda mais com a pandemia do Covid-19 a partir de 2020 (MONTENEGRO, 2020).

Nota-se um agravamento no cenário de crise social e econômica, com o aumento do desemprego, redução da renda, desestruturação de pequenas atividades e fechamento de empresas. O circuito inferior foi especialmente penalizado pelas medidas de distanciamento social por dependerem da circulação de massas e economias de aglomeração. Apesar disso, por conta de um circuito superior cada vez menos empregador, o circuito inferior continuou a capilarizar-se nesse período, em virtude de um novo estágio da difusão da técnica da informação.

O contexto de capilaridade dos aparatos técnicos informacionais, e a banalização, especialmente dos *smartphones* e da internet no cotidiano da população mais pobre contribui para a expansão do “capitalismo de plataforma”, que se aproxima da economia popular pelo uso de aplicativos em smartphones, transformando os trabalhadores em pequenos empreendedores, mas com a centralização do poder em plataformas privadas pertencentes a corporações globais financeirizadas. A partir daí, “informatização, instantaneidade e produção de informação em escalas inéditas se combinam, permitindo novas formas de trabalho, mas também a emergência de novas formas de relações de dominação e subordinação entre os circuitos” (MONTENEGRO, 2020, p.9).

Por fim, outro novo elemento que passou a interligar os circuitos da economia urbana foi o Pix. Em novembro de 2020, o Pix, uma nova forma de pagamento instantâneo, foi inserido ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e, desde então, seu uso vem sendo rapidamente difundido por diferentes tipos de agentes econômicos, incluindo aqueles que operam no circuito inferior da economia urbana. Dentre as suas vantagens, é possível destacar a velocidade das transações, o envolvimento de menos intermediários, baixo custo, segurança, entre outras.

Segundo o Banco Central, mais uma vantagem do Pix é a gratuidade de transações entre Pessoas Físicas e Microempreendedores Individuais, fazendo com que esse meio de pagamento conquistasse cada vez mais espaço nos pagamentos de varejo e valor mais baixo (BCB, 2021), representando benefícios a esses atores não hegemônicos das cidades brasileiras. Nos próximos capítulos, a relação entre o Pix e o circuito inferior da economia será explorada no que diz respeito ao seu surgimento, suas características, sua evolução, o papel que ocupa entre os pequenos agentes da economia popular e a sua competitividade frente aos outros meios de pagamento existentes.

## 2. OS MEIOS DE PAGAMENTO NO BRASIL E O IMPACTO DO PIX

### 2.1. Evolução recente dos meios de pagamento no Brasil

#### 2.1.1. O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)

De acordo com o Banco Central do Brasil<sup>1</sup>, todas as entidades, sistemas e procedimentos relacionados ao processamento e a liquidação de operações de transferência de fundos, operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários estão contidos no Sistema de Pagamentos Brasileiro (doravante, SPB), juntamente com os arranjos e as instituições de pagamento. Em síntese, o SPB é um “conjunto de normas para regular as transações diárias executadas pelos principais agentes financeiros instalados no território” (Contel, 2009, p. 127) e é papel do Banco Central garantir que seu funcionamento seja eficaz e seguro, por meio da regulamentação, vigilância e supervisão de tais sistemas, arranjos e instituições. Tratando dos pagamentos de varejo, o Banco Central é responsável por promover a interoperabilidade, a inovação, a solidez, a eficiência, a competição, o acesso não discriminatório aos serviços e às infraestruturas, o atendimento às necessidades dos usuários finais e a inclusão financeira (BCB, 2022).

O bom funcionamento do SPB é essencial para a manutenção da estabilidade financeira, sendo esta condição necessária para salvaguardar os canais de transmissão da política monetária. A promoção da estabilidade financeira também é tarefa do Banco Central, e nada mais é do que o controle do funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e o governo para garantir o crescimento econômico e o bem estar da sociedade. Ela é necessária para que, ao longo do tempo e em qualquer cenário econômico, haja um sistema financeiro bem organizado e fiscalizado de forma que os depositantes se sintam protegidos e os tomadores possam ter acesso ao crédito (BCB, 2022).

A implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro se deu em 2002 como forma de promover a eficiência e segurança das transações financeiras (STEPHANOU, 2016) e surge como uma sequência lógica das políticas públicas de fortalecimento do sistema financeiro brasileiro, que vinham sendo aprimoradas desde o início da década de 1990 (CONTEL, 2009). Ele surge para modernizar os sistemas de pagamento e como uma forma de superar problemas, aperfeiçoar a gestão de riscos e de controles de garantias, além de sua base legal. Em um contexto de globalização, protagonizado pelas finanças, e de aumento da competitividade entre as corporações transnacionais, para os grandes agentes corporativos

---

<sup>1</sup> Extraído de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/spb> (Acesso em 10.10.2022).

fez-se necessário dar uma atenção maior aos processos de comunicação, a busca de novos mercados e inovações.

Esse movimento de modernização técnica-organizacional do sistema financeiro, foi uma reação ao crescimento das redes e à intensificação dos fluxos globais, que contribuíram para o aumento do peso das finanças no uso do território brasileiro, refletido, inclusive, pelo crescimento e diversificação das transações. Assim, inspirado nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido, surgiu o SPB, dotado de uma estrutura tecnológica, de comunicação e de regulamentação, que possibilitou a efetivação segura e eficiente das transações. Para isso, de forma a aproveitar ao máximo todas as novas ferramentas existentes e atender a demanda crescente, houve a criação de novas instituições, meios de pagamento e atualização e consolidação de leis que regem o sistema de pagamentos (STEPHANOU, 2016).

Com essas mudanças, o Banco Central consolida seu papel de “instituição máxima” do Sistema Financeiro Nacional, tendo papel mais ativo como seu regulador e coordenador e sendo responsável por garantir seu bom funcionamento. Os riscos, antes assumidos por ele, passaram a ser assumidos pelas instituições financeiras como um mecanismo de repartição das perdas em caso de inadimplência (STEPHANOU, 2016). A introdução de novas técnicas e de uma maior quantidade e diversidade de produtos e inovações financeiras possibilitou uma maior circulação de moeda informacional, de uma forma mais ágil, fluida, rápida e segura. Os custos de transporte e de custódia de ativos financeiros foram reduzidos, aumentando a produtividade, viabilizando a conexão material e organizacional de todo o território nacional e atraindo investimentos internacionais (CONTEL, 2009).

Foi dado que um sistema de pagamentos é responsável regular as trocas de recursos dentro de um sistema financeiro a partir de um conjunto de regras e mecanismos que garantem a efetividade das transferências, pagamentos e liquidações da economia, realizadas pelos agentes da sociedade, incluindo pessoas, empresas, governo e instituições financeiras. Ademais, para Stephanou (2016, p. 28),

“O relatório do BACEN<sup>2</sup> aponta o sistema de pagamentos como indutor de inclusão financeira, por permitir o acesso cada vez mais frequente de parte da população antes não atendida pelo Sistema Financeiro Nacional. Na medida em que são criadas novas funcionalidades e meios para pagamento, amplia-se o grupo para o qual são úteis tais serviços. O usuário passa a ter maior controle e planejamento sobre seu orçamento, com cada vez menor risco, tanto devido a nova base legal criada, quanto ao aparato tecnológico avançado dos bancos nos dias de hoje”

---

<sup>2</sup> BACEN - Banco Central do Brasil.

## 2.1.2. Os meios de pagamento brasileiros

As transferências de recursos podem ser realizadas de diversas formas, ou seja, através de diversos meios de pagamento. Eles podem ser utilizados pelos grandes e pequenos atores econômicos e se dividem em dinheiro em espécie, cheques, cartões pré-pagos, de crédito ou débito, boletos bancários e transferências eletrônicas, como o DOC, o TED e o Pix.

Os dois meios de pagamento mais tradicionais no Brasil são o dinheiro em espécie e o cheque. O primeiro, de acordo com o Banco Central<sup>3</sup> é fornecido pela mesma instituição, facilitando as transações do cotidiano. O BCB autoriza a emissão de dinheiro em volume suficiente para atender às necessidades dos consumidores e das empresas. A quantidade de cédulas e moedas a ser produzida é definida de acordo com o crescimento do meio circulante, da evolução da economia, dos preços, do comportamento da população e do aumento do volume de saques. Cabe ao Banco do Brasil a distribuição do dinheiro entre os outros bancos e eventual recolhimento das notas e moedas inadequadas à circulação, seja em mau estado ou suspeitas de falsificação (BCB, 2023).

Esse meio de pagamento é usado sobretudo para o recebimento no comércio. É adotado principalmente por uma população de menor renda e para transações de valores mais baixos, pois possibilita a obtenção de descontos, por ser aceito na grande maioria dos estabelecimentos e pela comodidade e facilidade de uso. Por outro lado, sua adoção implica em elevados custos para seu transporte, segurança, estocagem, seguros etc, além dos riscos de falsificação e falta de segurança por conta de sua dificuldade de rastreabilidade (BCB, 2018).

Já o cheque é uma ordem de pagamento à vista, ou seja, é um documento por meio do qual o cliente ordena que o banco retire o dinheiro de sua conta e pague a pessoa nele indicada, mediante a assinatura do emitente. Ele pode ser nominal (obrigatório para valores superiores a R\$100,00) ou ao portador, ou seja, qualquer pessoa pode utilizá-lo, depositando-o ou sacando-o. Se o cheque for cruzado (com a indicação de duas linhas paralelas e diagonais desenhadas na frente do cheque), ele não pode ser sacado no caixa, apenas depositado em uma conta-corrente (BCB, 2023). Esse meio de pagamento vem sendo utilizado com cada vez menos frequência por apresentar um elevado custo de transporte e de processamento, além de estarem associados à alta exposição à fraudes e à inadimplência (BCB, 2018).

---

<sup>3</sup> Extraído de <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/caminhododinheiro> (Acesso em 12.01.2023)

Os boletos bancários são documentos padronizados que poderão ser constituídos em boleto de cobrança ou boleto de oferta. O boleto de cobrança é utilizado para a cobrança e pagamento de dívidas decorrentes de obrigações de qualquer natureza. O boleto de oferta é utilizado para a oferta de produtos e serviços e sua aceitação e pagamento resultam da manifestação dessa vontade na rede bancária (BCB, 2018). O valor cobrado deve ser quitado por meio do seu código de barras até a data de vencimento registrada no documento em diversos estabelecimentos, desde agências bancárias, cooperativas de crédito, caixas eletrônicos, casas lotéricas, outros correspondentes bancários e até por meio da *internet banking*<sup>4</sup> e por aplicativos de bancos. Esse meio de pagamento possibilita a venda para pessoas não bancarizadas, tem custos reduzidos e também possibilitam a obtenção de descontos para os clientes no caso do comércio.

Tratando agora das transferências bancárias eletrônicas, é possível diferenciar o DOC e o TED, que podem ser efetuados nas agências, em caixas eletrônicos, por telefone, através da *internet banking* ou dos aplicativos de bancos. O Documento de Ordem de Crédito (DOC) é uma ordem de transferência de fundos interbancária por conta / ou a favor de pessoas jurídicas ou pessoas físicas, clientes de instituições financeiras ou de instituições de pagamento. Ele pode ser remetido e recebido somente por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BCB (BCB, 2018). O DOC somente pode ser emitido no valor de até R\$4.999,99, e sua liquidação ocorre no dia seguinte útil à data de sua emissão, mas o débito na conta do cliente emissor pode ocorrer na mesma data da emissão. Estas transferências podem ser feitas para outras instituições financeiras, com a cobrança de tarifa, e são divididas em dois tipos: a D, ou seja, transferências entre contas de um mesmo titular e C, entre contas em instituições financeiras de diferentes titulares (SILVA E CRUZ, 2020).

A Transferência Eletrônica Disponível (TED) surgiu posteriormente para possibilitar a transferência de valores maiores, com mais segurança e velocidade, a fim de diminuir as transações via DOC e cheque, que ofereciam mais riscos (STEPHANOU, 2016). Essas transações são uma ordem de transferência de fundos interbancária, liquidada por intermédio de um sistema de liquidação de transferência de fundos, que está disponível ao cliente recebedor em até uma hora e trinta minutos após sua execução (BCB, 2018). Esse tipo de transferência pode ser realizado entre diferentes instituições mediante a cobrança de tarifa e não existe limite operacional mínimo ou máximo de valor para remessa de recursos (SILVA E

---

<sup>4</sup> *Internet banking* é um ambiente virtual que reúne serviços bancários que permitem a realização pagamentos, transações e outros serviços financeiros dispensando a ida a um caixa eletrônico ou a uma agência bancária.

CRUZ, 2020). Vale ressaltar que quando o horário máximo determinado para o fim do processamento no Banco Central é às 17h e se restringe aos dias úteis. Após o horário limite estabelecido pela instituição, a TED pode ser agendada para o dia útil seguinte ou data posterior.

Os cartões se popularizaram no Brasil em meados dos anos 1990 e hoje são os meios de pagamento mais utilizados pelos brasileiros e podem ser divididos entre os cartões pré-pagos, os cartões de débito e os cartões de crédito. Nas transações realizadas por cartão, estão envolvidos os consumidores, os estabelecimentos comerciais, os emissores, os credenciadores e as bandeiras. Os emissores dos cartões geralmente são bancos que emitem as faturas e recebem as tarifas do portador e as taxas de juros. Os credenciadores se relacionam com os estabelecimentos comerciais para a captura, transmissão, processamento e liquidação das transações, ou seja, fornecem os equipamentos (mais comumente as maquininhas). Já as bandeiras são detentoras da marca que estabelece as regras do funcionamento do sistema, definindo as taxas, por exemplo, fazendo o intermédio entre os emissores e credenciadores. Sua receita provém dos bancos emissores pela utilização da marca (FURINI, 2020).

O cartão de débito é utilizado em caixas automáticos, para saques, depósitos, consultas e obtenção de extratos, além de transferências, pagamento de contas ou em estabelecimentos comerciais por intermédio das maquininhas. Os valores para a aquisição das mercadorias ou dos serviços são debitados à vista da conta do comprador, no momento da compra, a partir da digitação de uma senha pessoal. Já o crédito na conta do estabelecimento comercial é feito a um prazo estabelecido previamente pelo emissor do cartão (BCB, 2019). Embora não haja cobrança de tarifas para os serviços considerados essenciais, nem para a realização de pagamentos, existem serviços associados aos cartões de débito que podem ser tarifados. O cartão pré-pago funciona como o cartão de débito, mas é um instrumento que precisa ser carregado antes de ser utilizado, ou seja, todas as transações e saques realizados consomem o saldo depositado no cartão até que ele acabe (BCB, 2021).

Já o cartão de crédito, é um instrumento de pagamento que possibilita a aquisição de produtos e serviços com liquidação futura, ou seja, permite que o cliente pague as compras até o limite de crédito na data de vencimento da fatura, previamente estabelecidos no contrato de uso do cartão (BCB, 2019). Além disso, também serve como instrumento de crédito pós-pago, ou seja, uma conta em que o dinheiro é depositado para pagar dívidas assumidas previamente. Como exemplo podemos citar as instituições não financeiras emissoras de cartão de crédito. As compras via cartão de crédito podem ser à vista ou parceladas e de

acordo com o Banco Central<sup>5</sup>, o cartão de crédito pode ser básico ou diferenciado. O básico é aquele utilizado somente para pagamentos de bens e serviços em estabelecimentos credenciados, enquanto que o diferenciado, além de permitir o pagamento de bens e serviços, oferece benefícios adicionais, como programas de milhagem, seguro de viagem, desconto na compra de bens e serviços e atendimento personalizado no exterior, entre outros (BCB, 2023).

O BCB<sup>6</sup> explica que o pagamento das faturas pode ser efetuado em seu valor integral até o dia de seu vencimento e neste caso não há cobrança de encargos financeiros, como os juros e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Quando não ocorre o pagamento integral da fatura, há a possibilidade de parcelamento da fatura e de pagamento parcial da fatura. No parcelamento da fatura, o total de parcelas pode já estar definido em contrato ou ser discutido caso a caso e há cobrança de encargos financeiros, juros e IOF no valor da fatura seguinte (BCB, 2023).

O cliente pode também pagar o valor mínimo mensal da fatura, que geralmente é um percentual pré-estabelecido de acordo com o risco da operação, do perfil do cliente ou do tipo de produto. Se o restante não for parcelado, o cliente adere ao crédito rotativo, que o sujeita ao pagamento dos juros e dos encargos financeiros previstos em contrato, sendo vedada a cobrança de juros adicionais punitivos. Se o cliente opta por pagar um valor inferior ao mínimo, sem parcelamento ele fica inadimplente, podendo ser aplicados os procedimentos previstos no contrato para situações de inadimplemento, como os juros do crédito rotativo por dia de atraso sobre a parcela vencida ou sobre o saldo devedor não liquidado, multa de 2% sobre o principal e juros de mora de 1% ao mês. O não pagamento do rotativo ou do parcelamento também implica na situação de inadimplência (BCB, 2023).

O cartão de crédito é o produto de crédito mais usado pelos brasileiros, especialmente os jovens, tendo como principal vantagem a possibilidade do parcelamento das compras e sendo a primeira escolha para compras emergenciais (BCB, 2019). Contudo, como já discutido por Silveira (2009), Dos Santos (2014) e Montenegro e Contel (2017), a crescente desburocratização do crédito das últimas décadas, apesar de importante para acelerar o consumo das classes mais pobres, contribui para o endividamento, a inadimplência e a insolvência entre a população brasileira.

Além dos bancos e financeiras, as grandes empresas de varejo atuam em duas frentes: na publicidade e na criação de desejos de consumo e ao desempenhar importante na

---

<sup>5</sup> Extraído de <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cartaodecredito> (Acesso em 15.01.2023)

<sup>6</sup> Extraído de <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cartaodecredito> (Acesso em 15.01.2023)

capilarização das finanças nas periferias das grandes cidades do país. O uso do cartão de crédito antecipa os recursos financeiros, mas implica em gastos com juros e taxas para as instituições bancárias, sobretudo para a população de baixa renda, que nem sempre têm acesso a uma educação financeira, portanto tem grande propensão ao endividamento, causada pelo desemprego, subemprego e descontrole de gastos.

Nos últimos anos, com a crescente “democratização” da internet, os bancos passaram a usar com muito mais intensidade a tecnologia da informação, e hoje grande parte das operações podem ser realizadas no ambiente virtual, com o uso da carteira digital<sup>7</sup>, *internet banking*, e *mobile banking*<sup>8</sup>. Isso é possível com o aperfeiçoamento de ferramentas de segurança como o uso de *QR Codes*<sup>9</sup>, *Token*<sup>10</sup>, *NFC*<sup>11</sup>, *Blockchain*<sup>12</sup> etc (FURINI, 2020). Além disso, as fintechs, que são *startups* ou empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais, utilizam a tecnologia de ponta de forma a liderar transformações digitais no setor financeiro e nos meios de pagamento eletrônicos e buscam atender um público pouco contemplado pelas instituições tradicionais.

Seguindo essa tendência surge o Pix e de acordo com o BCB<sup>13</sup>, ele pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Para fazer um Pix, é preciso que o cliente acesse o aplicativo ou a *internet banking* da sua instituição e cadastre sua chave, dessa forma, não é necessário divulgar a agência, conta e dados pessoais do recebedor. A chave Pix previamente cadastrada pode ser o CPF, CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória (uma sequência alfanumérica gerada aleatoriamente).

O Pix tende a ter um custo de aceitação menor por sua estrutura ter menos intermediários. Suas principais vantagens são a sua simplicidade, agilidade, segurança e versatilidade, já que pode ser usado por pessoas físicas, empresas e pelo governo. Além disso, incentivam a eletronização do mercado de pagamentos de varejo e preenchem uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis atualmente à população.

---

<sup>7</sup> Carteira digital é um aplicativo ou serviço que armazena dados de cartões de crédito e débito e, em alguns casos, dinheiro, para realizar transações em lojas físicas e virtuais usando o celular, o *smartwatch* ou algum outro dispositivo digital.

<sup>8</sup> *Mobile banking* é o ambiente virtual do *internet banking* adaptado a dispositivos portáteis conectados a redes de telecomunicações móveis.

<sup>9</sup> *QR Codes* são códigos de barras bidimensionais que podem ser lidos pelas câmeras dos *smartphones*.

<sup>10</sup> *Token* é um recurso de segurança que gera um código identificador digital exclusivo, aleatório, temporário e único para proteção de dados.

<sup>11</sup> *NFC* ou *Near Field Communication* é a comunicação de cartões e aparelhos eletrônicos a curta distância que permite o pagamento por aproximação.

<sup>12</sup> *Blockchain* é a realização de um protocolo criptográfico para a validação de transações entre computadores e dispositivos móveis, usado para prevenção contra fraudes.

<sup>13</sup> Extraído de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix> (Acesso em 25.09.2022)

## 2.2. A criação e difusão do Pix na economia brasileira

### 2.2.1. O surgimento do Pix

O Pix é o mais recente meio de pagamento do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB). Seu lançamento oficial foi em 5 de outubro de 2020 pelo Banco Central do Brasil, tendo seu funcionamento integral em 16 de novembro do mesmo ano. Esse instrumento de pagamento surgiu em um contexto modernização do Sistema Financeiro Nacional e de adequação do BCB às novas tecnologias, seguindo um movimento mundial de avanço da digitalização dos meios de pagamento inaugurado por empresas privadas chinesas em meados dos anos 2000 e hoje adotado por mais de 50 países (PEREIRA, 2022).

Os primeiros desenhos do sistema de pagamentos instantâneo brasileiro datam de 2016, com a proposta de aumentar a competição, a eficiência, a segurança e a inclusão no SPB. De acordo com Silva e Cruz (2020), “a proposta do agente regulador teve como escopo a simplicidade, acessibilidade e facilidade e com isso desenvolveu o Pix, projeto absolutamente compatível com a revolução tecnológica em trâmite na sociedade brasileira” (Silva e Cruz, 2020, p. 197)

Em 2018, o BCB formou um comitê consultivo permanente com representantes dos provedores dos serviços e dos usuários finais a fim de aprovar os requisitos fundamentais para o funcionamento do meio digital de pagamentos instantâneo, além de definir regras de funcionamento e formas de participação, junto a criação da infraestrutura do ecossistema e elaboração dos serviços oferecidos (PEREIRA, 2022). No ano seguinte, foi instituído o Fórum Pix, um comitê consultivo permanente, com ampla participação de agentes de mercado e entes públicos, trabalhando para o contínuo aprimoramento do ecossistema (BCB, 2021).

No final de 2020, o arranjo de pagamento foi lançado sob a justificativa de maior eficiência, fomento da educação financeira, como solução gradativa para problemas estruturais do Sistema Financeiro e para preencher lacunas e insuficiências dos meios de pagamentos já existentes (SILVA e CRUZ, 2020). Seus objetivos são a redução do custo das transações, maior velocidade de execução e permitir a inclusão financeira de populações desbancarizadas. Junto ao *Open Banking*<sup>14</sup> e o Real Digital<sup>15</sup>, o Pix faz parte de uma

---

<sup>14</sup> Open Banking é um conjunto de regras e tecnologias que permite o compartilhamento de dados e serviços de clientes entre instituições financeiras por meio da integração de seus respectivos sistemas, buscando otimizar a oferta de produtos.

<sup>15</sup> Real Digital é a moeda virtual oficial do Brasil prevista para ser lançada em 2024.

estratégia de ampliação da democratização financeira e viabilização do crescimento do PIB (PEREIRA, 2022).

## 2.2.2. A estrutura do Pix

O Pix é gratuito para Pessoas Físicas e Microempreendedores Individuais, independentemente da instituição financeira ou de pagamento. Para realizá-lo, basta ter conexão com a internet e ter uma chave Pix cadastrada. Essa chave está vinculada a conta transacional e pode ser um número de celular, endereço de e-mail, CPF, CNPJ ou uma chave alfanumérica aleatória, criada pelo usuário. As pessoas físicas podem ter até 5 chaves cadastradas, enquanto que as empresas podem ter até 20 registros. A identificação do recebedor da transferência pode ser feita através dessa chave ou pela leitura de um QR Code. Esse tipo de transferência pode ser utilizado para o pagamento de bens ou serviços adquiridos, taxas e impostos. Seu uso está disponível para instituições financeiras e instituições de pagamento através de canais de atendimento, como o celular, *internet banking*, agências, caixas eletrônicos ou correspondentes bancários, como as casas lotéricas (HOLANDA, 2021).

Para Silva e Cruz (2020, p. 197),

“No que tange às características que circundam o PIX, vale ressaltar as principais, sendo: 1) Velocidade das operações de transferência de recursos serão liquidadas em até 10 (dez) segundos; 2) Disponibilidade – sistema de pagamento instantâneo, sendo possível efetuar o pagamento por meio de uma base de endereçamento, disponível 24 (vinte quatro) horas, todos os dias da semana; 3) Segurança nas transações – o ecossistema PIX possui seus dados transitando dentro da atual rede do sistema financeiro; 4) Conveniência – o usuário pode pagar em qualquer lugar, por meio de dispositivo móvel ou fixo, pode fazer transferência de valores entre usuários, empresas, pagar contas, impostos e muito mais; 5) Informações agregadas – o usuário ao utilizar o PIX, sua transação será composta pelo valor que será entregue para o destinatário com informações detalhadas (metadados); 6) Multiplicidade de Casos - o PIX é marcado pela capacidade de suportar todo e qualquer tipo de pagamento existente na sociedade; 7) Acessível a todos – o PIX foi desenvolvido com o foco na experiência do usuário, pois terá funcionalidades padronizadas para garantir a facilidade do uso de forma simples e eficiente”

Não há limites mínimos para a realização de um Pix e os limites máximos podem ser definidos pelos usuários e pelas instituições participantes. Tanto o pagador, quanto o recebedor são notificados a cada transação, além do acesso à comprovantes. O Pix pode ser agendado para determinada data futura e sua efetivação está condicionada à existência de recursos financeiros suficientes na conta do pagador. Depois de efetuado, seu cancelamento

não é possível. A devolução dos valores depositados é uma funcionalidade disponível mediante a negociação com o recebedor (HOLANDA, 2021).

Em sua agenda evolutiva, o BCB busca simplificar o uso do Pix para compras de comércio eletrônico, reduzindo a quantidade de etapas necessárias para a realização do pagamento em segurança e com o lançamento de outros produtos. O mais importante deles foi o Pix Cobrança, em que um QR Code é emitido por lojistas, detalhando o valor da cobrança, os juros, as multas e os descontos, aproximando-se do funcionamento de um boleto. Foram lançados também o Pix Saque, que permite a retirada de recurso em espécie, e o Pix Troco, em que o cliente pode realizar um pagamento total a partir de um QR Code e recebe o valor referente ao saque em espécie após a confirmação do pagamento instantâneo. Essas funcionalidades passaram a ser oferecidas por estabelecimentos comerciais como supermercados, farmácias e padarias com o objetivo de aumentar a capilaridade dos pontos de retirada no país, principalmente em municípios menores e com quantidade limitada de caixas eletrônicos (MAGRINI e XAVIER, 2021).

O órgão responsável pela regulação do sistema de pagamentos instantâneo brasileiro é o Banco Central, que conta com uma estrutura tecnológica e centralizada tendo como prioridade a garantia da segurança, facilitando a fiscalização e investigação dos usuários. Nota-se um importante movimento regulatório desse novo mercado, para evitar o abuso de bancos e das instituições financeiras e de pagamento. Além disso, há uma grande preocupação com a gestão das transações, evitando fraudes, vazamento de dados, sonegação e lavagem de dinheiro (HOLANDA, 2021).

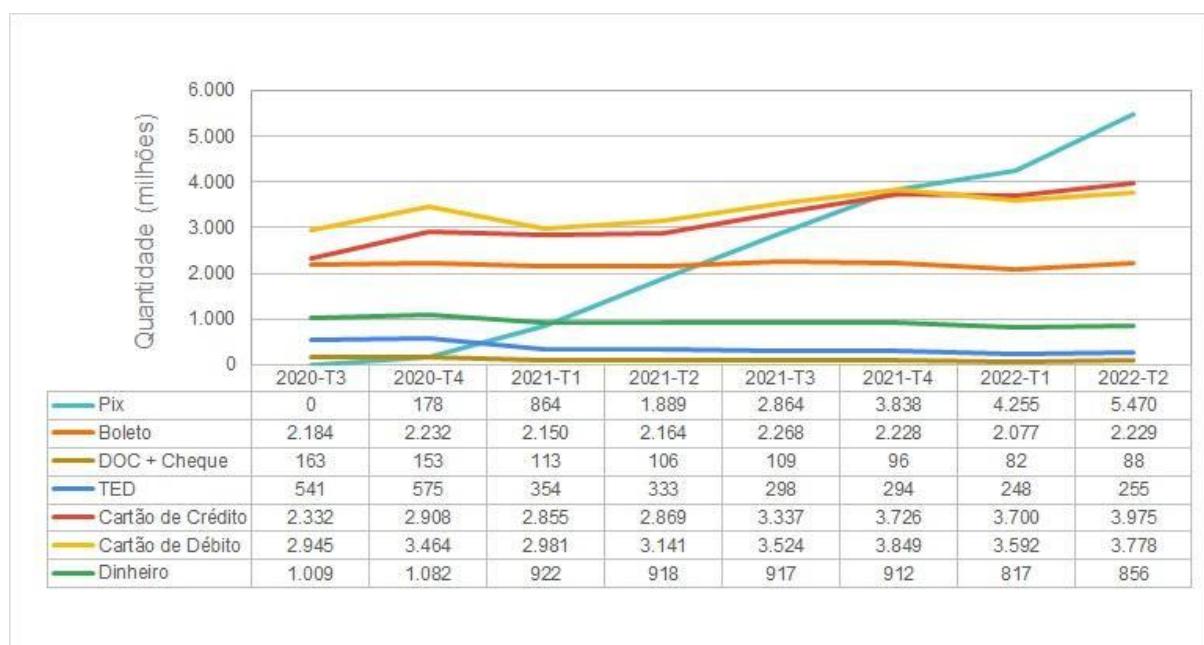
O BCB exige um planejamento das instituições bancárias e financeiras para que elas garantam a segurança das transações. Elas devem aderir às regras, condições e procedimentos estipulados através do regulamento. Todas as transações ocorrem por meio de mensagens assinadas digitalmente e que trafegam de forma criptografada, em uma rede protegida e apartada da internet. Ademais, utiliza-se o Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), que “é uma espécie de concentrador de dados, que armazena as informações dos usuários recebedores e das respectivas contas transacionais, que podem ser localizadas por meio das chaves para endereçamento” (Silva e Cruz, 2020, p. 200).

### **2.2.3. A adesão da população brasileira ao Pix**

A volumosa e rápida adesão ao Pix pela população brasileira confirma a sua eficiência e que o meio de pagamento vem cumprindo o que prometeu. Tal instrumento teve um

crescimento exponencial desde seu lançamento. Após 4 meses de existência, haviam 206,6 milhões de chaves Pix cadastradas (BCB, 2021). Em junho de 2021, esse número já superava 254 milhões (MAGRANI e XAVIER, 2021). Em abril de 2022, ele se torna o meio de pagamento mais usado no país de acordo com a Istoé<sup>16</sup> e segundo o Estadão<sup>17</sup>, o Brasil passa a fazer parte dos cinco países líderes em transações instantâneas. Em janeiro de 2023, bate o seu próprio recorde, com mais de 100 milhões de transações em um único dia, como mostra reportagem do G1<sup>18</sup>.

### Brasil – Evolução dos meios de pagamento por quantidade de transações (2020-2022)



Fonte: BCB (Elaboração própria)

A pandemia foi um momento oportuno para o lançamento da ferramenta e contribuiu para essa rápida adesão da população. Primeiro porque sua operação não exige o contato físico ou com maquininhas ou terminais de autoatendimento e, em segundo lugar, contribuiu para a aceleração do processo de digitalização e de compras online. Com o fortalecimento do *e-commerce*<sup>19</sup>, os meios de pagamentos mais tradicionais, como o dinheiro em espécie,

<sup>16</sup> Extraído de <https://www.istoedinheiro.com.br/pix-bate-recorde-e-se-torna-o-pagamento-mais-usado-no-pais/> (Acesso em 29 de abr. de 2022).

<sup>17</sup> Extraído de <https://einvestidor.estadao.com.br/ultimas/pix-brasil-top5-transacoes-tempo-real/> (Acesso em 29 de abr. de 2022).

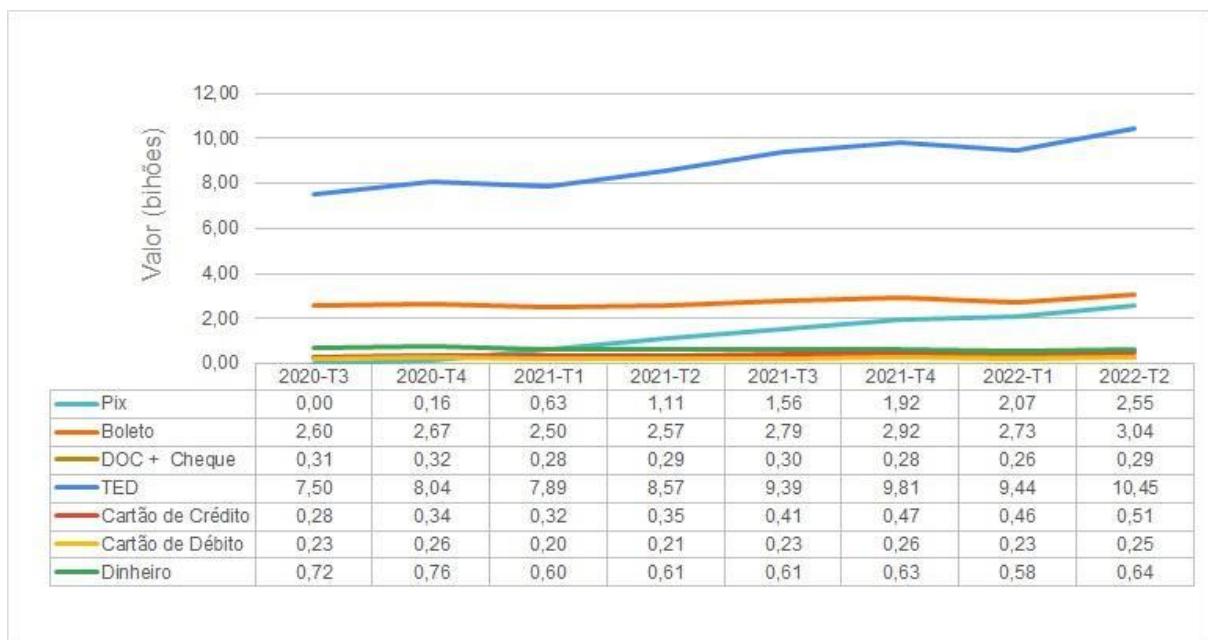
<sup>18</sup> Extraído de

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/21/pix-bate-novo-recorde-de-transacoes-financeiras-100-milhoes-em-24-horas.ghtml> (Acesso em 18 de jan de 2023).

<sup>19</sup> E-commerce é o comércio através de canais de venda online.

cheque, cartão de débito e de crédito foram, em parte, substituídos pelo Pix, contribuindo, inclusive, com a redução da emissão de papel moeda (PEREIRA, 2022). Por outro lado, observa-se que ele ainda não é o meio de pagamento que movimenta os maiores volumes de dinheiro, ficando atrás do TED, boleto e convênio. O TED representa maior volume, provavelmente devido ao seu maior nível de confiabilidade, por exigir um maior número de dados para a realização da transação e por apresentar menos limitações no que diz respeito aos valores.

**Gráfico 2: Brasil – Evolução dos meios de pagamento por valor (2020-2022)**



Fonte: BCB (Elaboração própria)

Ao interpretar os dados do BCB e as vantagens do Pix sobre os outros meios de pagamento, podemos perceber uma redução das transferências por meio de DOC e TED. Enquanto que para realizar um Pix é necessário apenas identificar a chave Pix do pagador ou ler um QR Code, para efetuar um DOC ou um TED é necessário ter os dados bancários do recebedor e há restrição de dia e horário, além de que, em muitos casos há cobrança de tarifa. O uso do boleto bancário é menos seguro, exige que o pagador leia ou digite o código de barras e também está restrito a dias e horários específicos para liquidação e recebimento dos valores.

Em relação aos cartões de crédito e débito, apesar de funcionar 24h, sabe-se que para a efetivação da transação há a necessidade de um meio físico: o contato entre o cartão e a

maquininha. Para utilizar esse meio físico, o recebedor precisa arcar com os custos do aluguel ou da compra da maquininha, além das taxas cobradas pelo seu uso. Em contrapartida, o Pix dispensa o contato físico para a sua realização. Além disso, no caso do cartão de débito, o débito na conta do pagador é imediato, mas a chegada do valor para o recebedor pode demorar alguns dias. Com o Pix, o recebimento é imediato. Enquanto isso, para o uso cartão de crédito, pode haver cobrança de anuidade, dia fixo para o pagamento da fatura e o valor demora a ser creditado (PEREIRA, 2022). Mesmo assim, podemos notar também um impacto menor em relação aos cartões, principalmente o de crédito. Isso ocorre sobretudo porque o cartão de crédito, por possibilitar a aquisição de produtos e serviços com liquidação futura, é utilizado geralmente para finalidades diferentes e por um público específico.

Outra vantagem relevante do novo meio de pagamento é que ele possibilita a coleta de informações, facilitando a obtenção de dados para a criação de estatísticas. Dessa maneira, os bancos vão poder oferecer produtos ainda mais personalizados para seus clientes. Outros pontos fortes são discutidos por Silva e Cruz (2020, p. 198):

“Sob a ótica governamental, vale salientar que com tais regulamentações aplicadas pelo órgão regulador, surge a oportunidade de fiscalizar e editar normas para participação de transações eletrônicas no mercado financeiro. Já para instituições financeiras e de pagamento, surge a diminuição do uso do papel moeda, redução do custo operacional fixo, e ainda, a possibilidade de mapeamento das transações do início ao fim, tornando-as seguras.”

Como forma de mensurar as transformações realizadas no SPB pela inserção do Pix, a Consultoria Zetta realizou uma pesquisa encomendada pelo Datafolha em 2021. A empresa atua na área de serviços financeiros digitais e buscou entender o perfil de usuários, os pontos fortes e oportunidades do uso do Pix. A amostra utilizada buscou representar a população brasileira em sua totalidade. Foram entrevistadas entre os dias 25 de maio e 10 de junho de 2021, 1.520 pessoas entre 18 e 70 anos, pertencentes a todas as classes econômicas e de todas as regiões do país.

Os resultados da pesquisa mostram que 96% dos respondentes conheciam o Pix e 49% já possuíam chaves cadastradas (57% nas regiões metropolitanas). A maior parte das chaves e das transações eram de pessoas físicas. A adesão é maior entre os mais jovens: 70% dos entrevistados entre 18 e 24 anos utilizavam o Pix. O meio de pagamento também tem mais adeptos entre os escolarizados, dado que a adesão é de 77% entre aqueles que têm ensino superior contra 30% entre aqueles que têm apenas o Ensino Fundamental. Observou-se também que a penetração do Pix diminui conforme a renda familiar: entre os brasileiros que recebem até dois salários mínimos e meio, a adesão é de apenas 31%, e de

75% entre aqueles que ganham mais de cinco salários mínimos (MAGRINI e XAVIER, 2021).

Dessa forma, percebe-se que a educação financeira e a familiaridade com a tecnologia fazem diferença na hora de adotar novos métodos de pagamento. A adoção do Pix vem sendo praticada por todos os públicos, contudo entre mais velhos e os mais pobres, a um ritmo mais lento, já que essa população está mais propensa a usar canais físicos ou presenciais em detrimento dos digitais, especialmente pela barreira de acesso a equipamentos tecnológicos. Dentre os meios de pagamento utilizados pelos participantes da pesquisa, o Pix só perde para o cartão de débito e dinheiro físico, ficando à frente do cartão de crédito e do boleto bancário. 92% daqueles que usam o Pix afirmaram que já utilizaram o meio de pagamento realizar transferências, principalmente no lugar da TED, e 73% usam para pagamentos de serviços e produtos, devido a sua agilidade, facilidade e instantaneidade (MAGRINI e XAVIER, 2021).

Aqueles que não usam Pix, justificam a não adesão por motivos de segurança e pela dificuldade em lidar com a tecnologia, com um salto de desinteresse nas faixas etárias mais altas. Apesar disso, três em cada dez dos respondentes tinham intenção em cadastrar uma chave em menos de seis meses. Além disso, vale lembrar que um outro grande obstáculo para a difusão do Pix é a alta desbancarização. Segundo Magrani e Xavier (2021), 21% dos respondentes não possuíam conta bancária, um grande desafio a ser superado pelas políticas de estímulo à inclusão financeira (MAGRINI e XAVIER, 2021).

#### **2.2.4. Investimentos do setor bancário no Pix**

A Pesquisa de Tecnologia Bancária realizada ao longo de 2022 pela Federação Brasileira dos Bancos (CIAB/FEBRABAN) tem como objetivo investigar as principais tendências em tecnologia para o setor bancário, investimentos realizados pelas instituições financeiras e levantamento sobre as transações bancárias. A instituição revela um aumento no investimento em inovações tendo como seu principal motor o consumidor, que está cada vez mais orientado ao consumo de novas tecnologias. Em 2021, notou-se um crescimento de 13% do orçamento em tecnologia, voltado para a segurança cibernética, a inteligência artificial, o 5G, *cloud computing*<sup>20</sup>, *big data*<sup>21</sup> e *softwares*<sup>22</sup>). Essa modernização também foi

---

<sup>20</sup> *Cloud Computing* é uma tecnologia que permite o acesso remoto a softwares, armazenamento de arquivos e processamento de dados por meio da internet.

<sup>21</sup> *Big Data* é uma grande variedade e volume de dados que, por sua complexidade, só podem ser processados por softwares mais sofisticados. Geralmente são utilizados para a resolução de problemas.

<sup>22</sup> *Softwares* é um serviço computacional que reúne um conjunto de dados ou instruções utilizado para realizar ações nos sistemas de computadores.

impulsionada pelo *Open Finance*, de forma que as instituições pudessem lidar com a quantidade de dados compartilhados entre os participantes do sistema. Além dessas, outra tecnologia de destaque foi a para o Pix. Seu orçamento aumentou em 2021 dentro dos esforços para completar o ciclo de implantação do serviço (FEBRABAN, 2022).

Entre abril e junho de 2022, a FEBRABAN coletou dados de 22 bancos por meio de formulários eletrônicos, correspondendo a 87% dos ativos da indústria bancária do Brasil. A pesquisa mostra um crescimento de 28% das transações realizadas através do *mobile banking*. Atualmente, “sete em cada dez transações são realizadas pelo celular ou pelo *internet banking*” (FEBRABAN, p. 5, 2022). “O número de usuários que realizaram mais de 30 transações via Pix por mês aumentou 809% entre março de 2021 e março de 2022” enquanto que o crescimento no número de usuários cadastrados no serviço foi de 72%. Tais dados indicam que, uma vez cadastrado, o cliente tem explorado a sua base de contatos para fazer mais operações de Pix (FEBRABAN, 2022). Ademais, a pesquisa aponta uma expansão rápida do meio de pagamento entre as pessoas físicas e um crescimento expressivo entre pessoas jurídicas. Esse indicador revela que ainda há espaço para que comércio e serviços ampliem ainda mais a utilização do canal como meio de pagamento.

### 3. O USO DO PIX NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

Este capítulo tem o intuito de analisar como é possível entender o uso do Pix pelos agentes da economia popular nas cidades brasileiras, que podem ser considerados como a “base de funcionamento” do circuito inferior da economia urbana. Para estabelecer esta análise, buscou-se documentos, relatórios técnicos e notícias que trouxessem elementos para entendermos melhor este uso popular do Pix no Brasil.

#### 3.1. A inclusão financeira e o Pix segundo o BCB

Um dos temas que permitem fazer esta primeira aproximação é o da “cidadania financeira”, que é entendido pelo Banco Central como uma forma de difundir os serviços financeiros justamente em direção a esta “economia popular”. Para o BCB, promover a cidadania financeira é um dos deveres do Banco e ela pode ser entendida como “o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros” (BCB, 2018, p. 29). Dentre os direitos do cidadão, destaca-se a educação financeira e a inserção da população aos mercados, ou seja, a inclusão financeira. Para o BCB<sup>23</sup>, a educação financeira pode ser entendida como o processo no qual os consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, para que possam tomar decisões assertivas baseadas em informação e melhorar o seu bem-estar financeiro. Já a inclusão financeira nada mais é do que o acesso efetivo de todos os cidadãos aos serviços financeiros providos por instituições formais como as instituições de crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. É possível pensar também na inclusão financeira digital, presente na agenda do BCB, referindo-se ao uso dos meios digitais no avanço da inclusão financeira. Como mostra documento do Banco,

“A Parceria Global para Inclusão Financeira do G20 (Global Partnership for Financial Inclusion – GPFI) define a inclusão financeira digital como o uso de meios digitais para alcançar populações excluídas ou precariamente atendidas financeiramente com uma variedade de serviços financeiros formais adequados às suas necessidades, entregues com responsabilidade a um custo acessível para os clientes e sustentável para os provedores” (BCB, 2021, p. 35)

---

<sup>23</sup> Extraído de <https://cdn-www.bcb.gov.br/cidadaniasfinanceira> (Acesso em 28 de jan de 2023).

De acordo com o Relatório de Cidadania Financeira de 2021, divulgado pelo Banco Central do Brasil, nos últimos anos o país vem vivendo uma ampliação no acesso a serviços financeiros. O percentual de adultos com relacionamento com instituições atingiu 96% em 2020 (BCB, 2021). Esse crescimento é um reflexo do grande movimento para a abertura de contas durante a pandemia do Covid-19 a partir de 2020, inclusive entre a população desbancarizada, para a criação de contas digitais para o recebimento do Auxílio Emergencial<sup>24</sup>. Observa-se também um maior relacionamento da população com o Sistema Financeiro Nacional por meio de canais de relacionamento digitais, como outro reflexo do período de isolamento social, especialmente por telefone, consolidando os *smartphones* como principais meios de acesso digital a serviços financeiros.

Isso acontece pois a popularização dos celulares entre as classes C, D e E impulsionam o acesso a internet e os provedores de serviços financeiros com interfaces digitais tornam-se cada vez mais relevantes para o público de baixa renda. Apesar disso, a desigualdade ainda se mostra como determinante no acesso à internet se levarmos em consideração as regiões e as classes sociais. A região Nordeste é aquela com proporção mais baixa de domicílios com acesso à internet em 2019, atingindo um percentual de 65% (BCB, 2021). Mesmo assim, o entrave da renda é mais relevante que o “geográfico”. Segundo o BCB (2021), entre 2017 e 2020, o número de domicílios das classes D e E com acesso à internet subiu de 30% para 64%.

Nesse contexto, o Pix surge como uma solução atrativa e com menos desafios para a inclusão financeira, trazendo benefícios para essa população de baixa renda, que na maioria se ocupa como microempreendedores em atividades do comércio popular. O Pix busca democratizar o acesso aos serviços de pagamento eletrônico no país, promovendo um maior acesso meio digitais de serviços financeiros para a população de baixa renda, abrindo portas para aqueles excluídos do Sistema Financeiro impedidos pelos altos custos e falta de infraestrutura física.

As grandes vantagens para esse público estão relacionadas à redução da circulação da moeda em espécie, que por sua vez evita que clientes passem cartão em lugares desconhecidos promovendo uma maior segurança e mesmo assim permitindo uma rápida liquidez. O Pix é vantajoso também para aqueles que atuam no *e-commerce*, já que o instrumento promete trazer para o mercado inovação, simplicidade, economia e facilidade,

---

<sup>24</sup> Auxílio financeiro oferecido pelo Governo Federal para brasileiros maiores de idade que não estivessem com emprego formal ativo nem com benefício previdenciário e que atendessem a exigibilidades de renda durante o período da pandemia do Covid-19.

auxiliando significativamente nas vendas desses usuários, pois a forma de pagamento proporcionada é ágil, o que gerará menor custo para o vendedor e maior agilidade nas transações logísticas de aprovação no pagamento e posterior entrega da mercadoria (SILVA e CRUZ, 2020).

### **3.2. As vantagens do Pix para os pequenos negócios segundo a Fecomércio**

A consultoria realizada pela Zetta revela que o Pix vem sendo cada vez mais utilizado e se mostra muito vantajoso para o varejo, ou seja, para transações entre pessoas físicas e empresas. O recebimento instantâneo agiliza a logística, reduzindo os custos de capital de giro e é seguro. Os dados revelam que 70% dos brasileiros têm intenção de usar o Pix para pagar compras em farmácias, de alimentos, em lojas como mercados, açougue e padarias e até serviços médicos. Mesmo com um relevante uso do Pix no comércio, é possível inferir que há uma subrepresentação desse tipo de transação, pois grande parte dos comerciantes e prestadores de serviço que fazem parte do circuito inferior da economia urbana, tem suas chaves cadastradas como pessoas físicas, são informais ou não possuem CNPJ. Este fato revela também, o impacto do agravamento do desemprego pela pandemia (MAGRINI e XAVIER, 2021). Como mostram dois estudiosos do tema,

“No que diz respeito à inclusão financeira de pequenos negócios, afirma o órgão regulador que o PIX é uma solução atrativa e com menos desafios, e que o lançamento desse mecanismo beneficiará parte da população microempreendedora, pois as compras e vendas realizadas nos estabelecimentos físicos, ou até os comerciantes que são reconhecidos como “ambulantes”, poderão concretizar suas vendas de forma mais rápida e com menos custos, não sendo mais necessária a utilização de máquinas de cartão de crédito.” (Silva e Cruz, 2020, p. 204).

A Federação do comércio de bens, serviços e turismo do estado de São Paulo (Fecomércio) produziu um guia sobre o uso do Pix para os pequenos negócios explicando o funcionamento da ferramenta e as suas vantagens para o pequeno comércio. O primeiro ponto positivo indicado é que para os pagadores, o arranjo de pagamento se assemelha ao dinheiro em espécie. O meio de pagamento facilita o cotidiano dos prestadores de serviços – principalmente autônomos e Microempreendedores Individuais (MEIs) – com recebimento dos valores imediatamente após a prestação de serviços, com jardineiros, montadores de móveis, diaristas, motoristas de aplicativo, etc.

A maior vantagem apontada é a velocidade na disponibilização dos recursos que permite o aprimoramento da gestão do fluxo de caixa, especialmente das micro e pequenas

empresas, já que as vendas são recebidas de forma imediata (FECOMÉRCIO, 2021). Com isso, o pequeno agente da economia consegue manter um fluxo de caixa “saudável” e pode, inclusive, evitar a contratação de linhas de crédito emergencial para cobrir eventuais necessidades. Junto a isso, ele é capaz de melhorar a gestão de fornecedores, uma vez que, por ser instantâneo, o Pix acelera o recebimento de matéria-prima ou da mercadoria encurtando o tempo para girar o estoque, especialmente em períodos de alta demanda (FECOMÉRCIO, 2021).

Ademais, ele é mais barato, eficiente e simples de usar (conforme já mencionado). A taxa para as empresas é de R\$ 0,01 por transação, custo que na maior parte das vezes não é repassado pela instituição financeira ao usuário, reduzindo os custos financeiros e operacionais, diminuindo a necessidade de troco e proporcionando mais rapidez nas filas de pagamento. Outro impacto positivo significativo desse novo arranjo de pagamento é para comércio eletrônico, pois diminui o caso de abandono de compras no carrinho virtual, o que é muito comum quando as compras são feitas por boletos bancários que eventualmente não são pagos (FECOMÉRCIO, 2021).

Por fim, ele amplia as opções de pagamento e com as ferramentas do Pix Saque e do Pix Troco, que promovem o recebimento de R\$ 00,25 a R\$ 00,95 por transação para os estabelecimentos que disponibilizam o serviço, sendo a tarifa paga pela instituição financeira. Além disso, a oferta desse tipo de serviço pode servir como uma forma de aumentar o fluxo de clientes que optam por entrar no comércio ao invés de ir ao banco, podendo até adquirir os produtos ali oferecidos (FECOMÉRCIO, 2021).

### **3.3. O uso do Pix pelos MEIs e MPEs segundo o Sebrae e o IBGE**

Uma tentativa de medir os efeitos do Pix para os agentes do circuito inferior da economia urbana é através da análise de dados sobre o comércio e a prestação de serviços. Esta análise pode ser realizada através das figuras dos Microempreendedores Individuais (MEIs), que se relacionam com o SFN prioritariamente como pessoas físicas, além das Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Ainda que saibamos que seja apenas uma medida aproximada, trabalhar com os dados sobre estes elementos nos pareceram uma forma de entender a relação do Pix com o circuito inferior da economia urbana no território brasileiro.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas<sup>25</sup> (Sebrae), o chamado Microempreendedor Individual (doravante, MEI) é um profissional autônomo que, quando cadastrado, passa a ter seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). A categoria foi criada com o objetivo de regularizar a situação de profissionais informais. Para ser registrado como MEI, a área de atuação do profissional precisa estar na lista oficial da categoria, faturar até R\$ 81.000,00 por ano ou R\$ 6.750,00 por mês, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter no máximo um empregado contratado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI tem como despesas apenas o pagamento mensal do Simples Nacional.

Dentre os benefícios do MEI está o direito ao auxílio-maternidade, ao afastamento remunerado por problemas de saúde e à aposentadoria. O microempreendedor é isento dos tributos federais, como Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL e com CNPJ, pode abrir conta em banco e tem acesso a crédito com juros mais baratos, além de poder ter endereço fixo para facilitar a conquista de novos clientes.

Já as Micro e Pequenas Empresas (doravante, MPEs), segundo o Portal da Indústria<sup>26</sup>, podem ser definidas seguindo dois critérios: faturamento ou número de funcionários. Uma Microempresa pode ter um faturamento anual de até R\$ 360.000,00 e empregar até nove pessoas no comércio e serviços ou 19 pessoas no setor industrial. As pequenas empresas podem ter um faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões por ano ou empregar de 10 a 49 pessoas no comércio e serviços ou de 20 a 99 pessoas na indústria. As MPEs podem optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, que prevê a redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produziu a primeira edição da pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios em 2022. Ela foi realizada a partir de um levantamento quantitativo através de formulários online preenchidos entre 26 de agosto e 11 de setembro de 2022. A amostra é composta por 6.028 respondentes de todos 26 Estados e DF, composta por 62% Microempreendedores Individuais (MEIs), 33% Microempresas (MEs) e 6% Empresas de Pequeno Porte (EPPs) de um universo de cerca de 18 milhões de

---

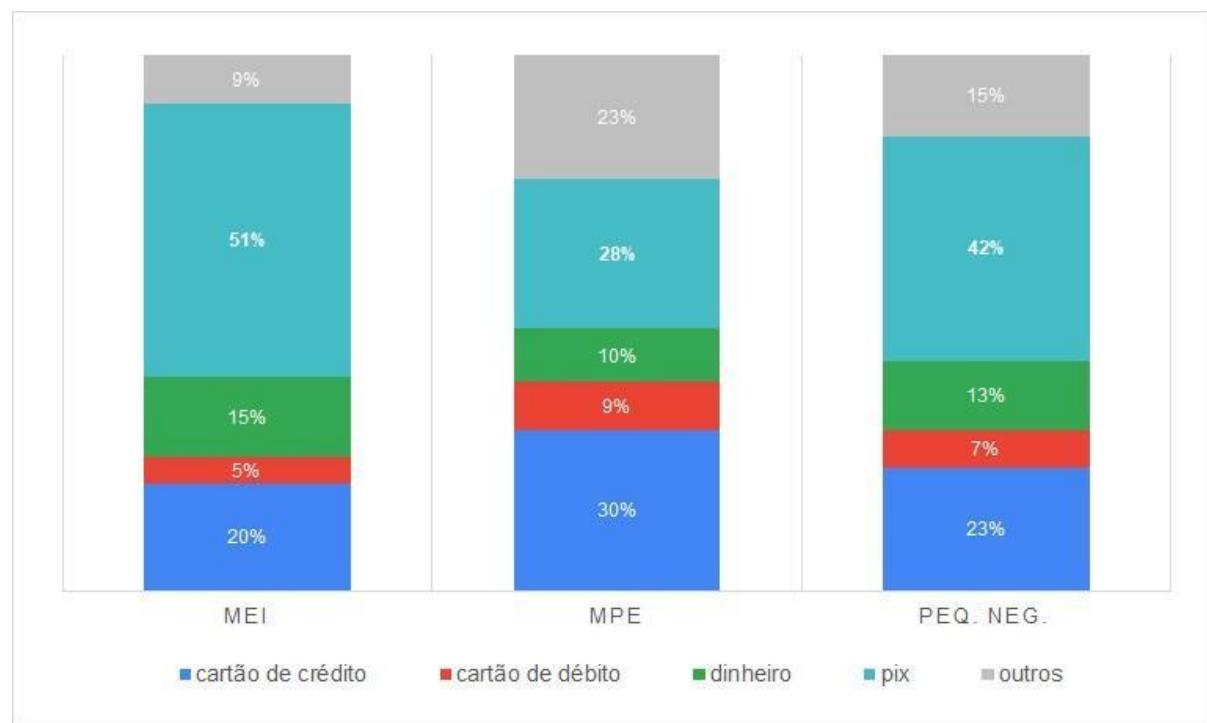
<sup>25</sup> Extraído de <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mei.caa7d72060589710VgnVCM100000d701210aRCRD> (Acesso em 04 fev. de 2023).

<sup>26</sup> Extraído de <https://www.portalindustria.com.br/industria-de-a-z/micro-e-pequena-empresa/#o-que-e> (Acesso em 04 fev. de 2023).

pequenos negócios. A pesquisa busca comparar seus resultados com a última pesquisa de impactos da pandemia divulgada em abril de 2022.

Nesse último ano a situação financeira dos pequenos negócios melhorou. Nota-se uma redução na proporção de empresas que relataram diminuição do faturamento, diminuição das empresas inadimplentes e do número de empresas com seus custos comprometidos para o pagamento de dívidas. Como mostra o gráfico a seguir, o número de empresas que vêm utilizando ferramentas digitais supera 70% e o Pix passou a ser a principal forma de pagamento utilizado pelos clientes dos pequenos negócios. Entre os MEIs, chega a representar 51% dos pagamentos, superando os cartões, movimento que deve impactar diretamente as operadoras de máquinas de cartão; (SEBRAE, 2022).

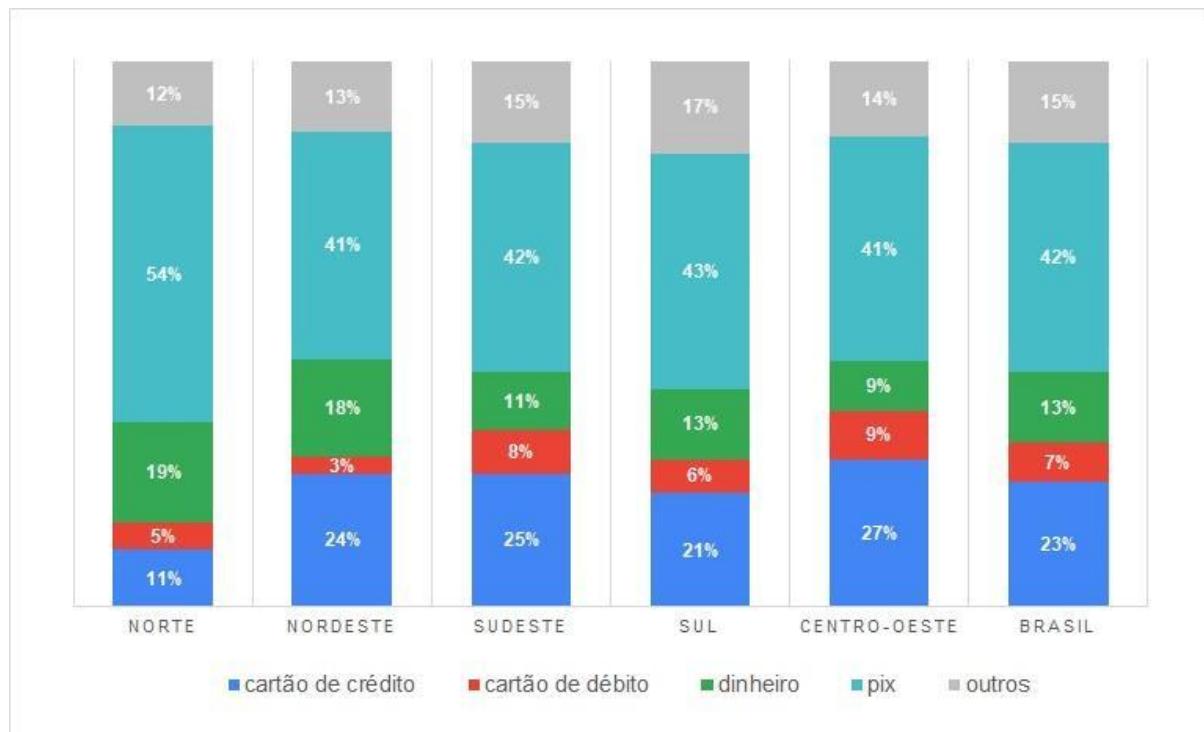
**Gráfico 3: Brasil – Formas de pagamento utilizadas pelos clientes dos pequenos negócios (2022)**



Fonte: Sebrae e IBGE (Elaboração própria)

Levando em consideração os estados da federação, conclui-se que os estados da região Norte do país são os que proporcionalmente mais usam o Pix como meio de pagamento, com 54% das transações. Se destaca Roraima, com 82%, Amapá com 61% e Amazonas, com 58%, como o mostrado no gráfico a seguir (SEBRAE, 2022).

**Gráfico 4: Brasil – Formas de pagamento utilizadas pelos clientes dos pequenos negócios por região (2022)**



Fonte: Sebrae e IBGE (Elaboração própria)

Proporcionalmente, as mulheres (47%) utilizam mais o Pix se comparado aos homens (38%) como principal instrumento de pagamento, provavelmente ligados ao menor porte relativo de seus negócios e maior grau de escolaridade e instrução entre indivíduos do gênero feminino. Pela análise racial, os negócios comandados por pessoas pretas (45%) superam o uso do Pix se comparado a pessoas brancas (40%), também provavelmente pelo menor porte relativo dos empreendimentos (SEBRAE, 2022).

Por fim, ao analisar o uso do Pix pelos pequenos negócios de acordo com o segmento nota-se que o arranjo de pagamento é o mais utilizado na economia criativa, serviços pessoais, artesanato, beleza, educação, indústria e construção civil. O uso do Pix também é relevante para os serviços empresariais, indústria alimentícia, turismo, logística e transporte, academias e atividades físicas, saúde, moda, agronegócio, alimentação e indústria tecnológica. O cartão de crédito supera o Pix apenas nos setores de oficinas e autopeças, pet shops e veterinárias e comércio varejista (SEBRAE, 2022).

## Considerações finais

O Pix foi desenvolvido para atender a população que vive em um contexto global de avanço digital e banalização do acesso a internet e equipamentos modernos. Lançado no final de 2020, em pouco tempo ganhou destaque entre os outros arranjos e menos de dois anos depois passou a ser o meio de pagamento mais usado pelos brasileiros, tendo como principais pontos positivos a sua rapidez, praticidade, facilidade e segurança. A nova ferramenta surgiu em uma conjuntura delicada do país, com um desaquecimento do mercado de trabalho, retrocessos nas políticas de combate a pobreza e retração do consumo, agravada pela pandemia do Covid-19, que representou uma piora na crise social e econômica, com o fechamento de empresas e aumento das taxas de desemprego.

Esse cenário provocou um aumento do circuito inferior, já que uma grande parcela da população passou a ter que buscar outras ocupações “não-formalizadas” para sustentar suas famílias e, ao mesmo tempo, aqueles que já exerciam atividades pouco formalizadas precisaram se reinventar, inclusive implementando equipamentos modernos como os *smartphones* em seus trabalhos. Os pequenos agentes da economia urbana aderiram em massa ao Pix e passaram a usá-lo como uma alternativa a outros meios de pagamento, como uma forma de reduzir os custos com as taxas e aluguel de máquinas de cartão, por exemplo. Para além disso, a maior vantagem para os agentes do circuito inferior – que precisa da rápida circulação de capital – o Pix se difunde como um relevante substituto informacional para o dinheiro em espécie, oferecendo uma rápida liquidez das transações, fator essencial para a sobrevivência e manutenção dos pequenos negócios.

Ademais, junto ao Auxílio Emergencial, o Pix foi importante para um aumento da bancarização da população brasileira, cumprindo com mais um dos objetivos de sua agenda: promover a chamada “inclusão financeira”. O meio de pagamento instantâneo mostrou-se uma importante ferramenta para promover um maior acesso aos serviços financeiros para a população de baixa renda. Contudo, essa inclusão é forçada e não necessariamente acompanhada por programas de educação financeira. Além disso, é importante lembrar que a desigualdade e a pobreza ainda são um grande obstáculo para a democratização do acesso à internet e aos meios digitais e, por isso, um número expressivo de brasileiros ainda não têm acesso a tais recursos.

Para investigações futuras seria fundamental dar continuidade a pesquisa sobre os efeitos do uso do Pix para o circuito inferior da economia urbana. Para isso seria necessário obter mais dados sobre a economia popular, seja através da investigação de relatórios e

documentos mais recentes e completos, seja pela realização de trabalhos de campo com entrevistas aos agentes em centros que concentram esse tipo de atividade, a fim de estabelecer métricas melhores e mais precisas. Assim como seria interessante analisar a possibilidade de implementação de outros projetos Pix, já difundidos em outros países, como as transações instantâneas internacionais e *offline*.

Seria de grande valia também analisar o ganho das instituições bancárias e financeiras com o Pix, para além da inclusão financeira, já que tais empresas investiram nessa nova ferramenta e passaram a deter um maior controle das transações e uma maior quantidade de dados de seus clientes. Junto a isso, poderia gerar resultados interessantes também uma investigação que verificasse as consequências do Pix para os outros meios de pagamento, principalmente seu impacto em relação à empresas de máquinas de cartão de crédito e débito (credenciadoras), emissores e as bandeiras.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações.** Brasília: BCB, nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Cidadania Financeira 2019.** Brasília: BCB, 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Cidadania Financeira 2021.** Brasília: BCB, 2021.

CARTÃO de crédito. **Banco Central do Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniasfinanceira/cartaodecredo>>. Acesso em Acesso em 15 de jan. de 2023.

CIDADANIA Financeira. **Banco Central do Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://cdn-www.bcb.gov.br/cidadaniasfinanceira>>. Acesso em Acesso em 28 de jan. de 2023.

CONTEL, F. B.. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./abr. 2009.

FECOMÉRCIO. **Guia Pix: Saiba como utilizar o sistema de pagamento instantâneo para potencializar os negócios.** São Paulo. out. 2021

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2022.** V. 2: Investimentos em tecnologia. São Paulo mai. 2022

\_\_\_\_\_. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2022.** V. 3: Transações Bancárias. São Paulo jul. 2022

FURINI, I. C. **Mercado de meios de pagamento no Brasil: visão histórica e tendências globais.** Trabalho de conclusão de graduação - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

DOS SANTOS, K. L. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 16, n. 1, p. 153-167, mai. 2014.

MONTENEGRO, M. R. Novos nexos entre os circuitos da economia urbana nas metrópoles brasileiras. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 29-41, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia** no. 19. 2020, p. 1-16. Disponível em <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256?lang=en>

MONTENEGRO, M. e CONTEL, F. B. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **EURE** (Santiago) [online]. vol.43, n.130, p.115-139. 2017.

O CAMINHO do dinheiro. **Banco Central do Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cedulasmoedas/caminhododinheiro>> Acesso em 12 de jan. de 2023.

O QUE é Pix. **Banco Central do Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>>. Acesso em 25 de set. de 2022.

SANTOS, M. (1975) **O espaço dividido**. Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP. 2004.

SEBRAE e IBGE. **Pulso dos Pequenos Negócios - 1ª Edição**. Brasília: Sebrae. 2022

SILVA, R. A e CRUZ, C. Q. P. O impacto do novo ecossistema democrático de pagamento instantâneo (PIX) no Sistema financeiro nacional. **Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, v. 10, n. 21, p. 195-208, 2020.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

SISTEMA de Pagamentos Brasileiro (SPB). **Banco Central do Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/spb>>. Acesso em 10 de out. de 2022.

STEPHANO, J. P. S. **O que há por trás das transações financeiras: um estudo da evolução do sistema de pagamentos brasileiro**. Trabalho de conclusão de especialização em Finanças - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.